

BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

1.º Trimestre 2014



15 de junho de 2014

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO -----	3
2. ENQUADRAMENTO -----	4
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE -----	5
3.1. Análise dos Resultados-----	5
3.2. Análise Patrimonial-----	13
3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro -----	17
3.4. Responsabilidades Contingentes-----	20
4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES-----	22
5. PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) -----	23
6. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO -----	26
ANEXOS -----	29
A – UNIVERSO SEE ANALISADO-----	30
B - ANÁLISE DOS RESULTADOS-----	31
C - ANÁLISE PATRIMONIAL-----	37
D – NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES -----	39
E – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	39
F – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE-----	40

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a evolução da situação económico-financeira e patrimonial do universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

Relativamente ao 1.º trimestre do ano de 2014 no que respeita às EPNF destacam-se os seguintes aspetos:

- O resultado líquido melhorou 11,2 M€, um crescimento de 2,8% face ao valor atingido em igual período de 2013, alcançando um total de -394,1 M€;
- O SEE alcançou um EBITDA positivo de 74,1 M€, com um crescimento de 41,2%, correspondente a um aumento de 21,6 M€ face ao 1.º trimestre de 2013, fortemente impulsionado pelo desempenho no sector da Saúde que cresceu 63,0%, de -140,6 M€ para um total de -52,0 M€;
- O volume de negócios, excluindo o investimento em infraestruturas de longa duração (ILD), apresenta, em termos homólogos, um crescimento de 4,6 M€ (+0,2%), alcançando um valor de cerca de 1.898,8 M€;
- Os gastos operacionais, excluindo os ILD, apresentaram uma diminuição de 3,8% face ao 1.º trimestre de 2013, para um total de 1.961,1 M€, distribuídos por Gastos com Pessoal com -47,4 M€ (-5,3%), CMVMC com -19,5 M€ (-4,9%) e FSE com -10,5 M€ (-1,4%).

Durante o 1.º trimestre de 2014, o Sector Empresarial do Estado (SEE) reduziu o nível de endividamento em 1,0%, face ao final do ano de 2013, ascendendo o endividamento total a 32.009,7 M€, repartido pelas Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 12.824,6 M€ (-2,0%), e Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 19.185,1 M€ (-0,3%).

2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF às empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 1.º trimestre de 2014 por comparação com o trimestre homólogo de 2013, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade das empresas do SEE utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), existindo ainda outras que utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As empresas do sector da Saúde utilizaram até 31 de dezembro de 2013, como referencial contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde. Essa situação foi alterada com a publicação do Despacho n.º 1507/2014, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, na 2.ª série do Diário da República n.º 21, de 30 de janeiro, o qual obriga as entidades públicas empresariais da área da Saúde a adotar o SNC a partir do exercício de 2014.

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Por este motivo e pela alteração contabilística no sector da Saúde, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

A referência “Empresas Parpública” corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Extensão das responsabilidades contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP);
- Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

3.1. Análise dos Resultados

3.1.1. Volume de Negócios

No final do 1.º trimestre de 2014 o volume de negócios do SEE registou um decréscimo de 96,3 M€ face ao 1.º trimestre de 2013 (- 4,7%), atingindo um total de 1.953,3 M€.

A variação do volume de negócios do SEE neste período é explicada essencialmente pela evolução deste agregado na Estradas de Portugal (EP), onde se registou um decréscimo de 103,9 M€ em virtude da diminuição da atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional (RRN).

A atividade de construção da EP está relacionada com os contratos de concessão e produz um efeito neutro nos resultados da empresa, uma vez que é contabilizada simultaneamente como proveito e gasto.

Para além da variação registada na atividade de construção na EP, o volume de negócios do SEE durante o 1.º trimestre de 2014 mantém-se praticamente inalterado face a igual período do ano anterior.

Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	55.440	46.639	8.800	18,9%
Cultura	1.237	1.104	133	12,0%
Infraestruturas	341.867	448.480	-106.612	-23,8%
Requalificação Urbana	837	1.002	-165	-16,5%
Saúde	934.036	908.522	25.514	2,8%
Transportes	120.943	117.240	3.703	3,2%
Outros	12.695	18.630	-5.935	-31,9%
Empresas Parpública	486.235	507.970	-21.735	-4,3%
Total	1.953.289	2.049.587	-96.298	-4,7%

Fonte: SIRIEF

O sector da Saúde foi o que registou um maior crescimento do volume de negócios em termos nominais, cerca de 25,5 M€ (+2,8% face ao 1º trimestre de 2013), destacando-se o CH de Lisboa Norte e o CH de São João com aumentos de 10,0 M€ e 9,1 M€, respetivamente.

A RTP explica a totalidade do crescimento do volume de negócio do sector da Comunicação Social, cerca de 8,8 M€, em consequência do aumento da taxa de incidência da Contribuição para o Audiovisual (CAV).

No sector dos Transportes, o aumento de 3,2% é explicado essencialmente pela evolução deste agregado no Metropolitano de Lisboa (ML) e na CP, que registaram, respetivamente, crescimentos de 2,2 M€ (para um total de 20,3 M€ no 1.ºT 2014) e 1,9 M€ (para um total de 53,6 M€ no 1.ºT 2014).

O sector Outros apresenta uma redução de 5,9 M€ no volume de negócios, explicado pela diminuição das receitas na SPMS, em cerca de 4,0 M€, e na ENMC, em 2,3 M€.

A TAP, SA representa 95% do volume de negócios das Empresas Parpública, pelo que o decréscimo de 22,8 M€ naquela empresa justifica a evolução negativa do grupo.

3.1.2. Gastos Operacionais

No final do 1.º trimestre de 2014, os gastos operacionais do SEE atingiram um total de 2.015,6 M€, o correspondente a uma redução de 178,3 M€ face a igual período do ano anterior, alcançada através de reduções em todos os sectores.

Quadro 3.1.2.1. – Total dos Gastos Operacionais do SEE

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Unid: Milhares de euros Δ%
Comunicação Social	47.710	51.333	-3.623	-7,1%
Cultura	6.146	6.201	-55	-0,9%
Infraestruturas	215.381	320.256	-104.875	-32,7%
Requalificação Urbana	2.334	2.751	-417	-15,2%
Saúde	1.039.665	1.090.797	-51.132	-4,7%
Transportes	145.183	152.774	-7.592	-5,0%
Outros	17.495	23.124	-5.629	-24,3%
Empresas Parpública	541.653	546.661	-5.008	-0,9%
Total	2.015.567	2.193.898	-178.331	-8,1%

Fonte: SIRIEF

Excluindo o efeito do investimento da EP, pelas razões explicitadas no ponto anterior, a redução dos gastos operacionais no SEE seria de 3,8%, com especial contributo do sector da Saúde que, em valor absoluto, reduziu os seus gastos operacionais em 51,1 M€.

Quadro 3.1.2.2. – Gastos Operacionais do SEE

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	20.654	23.581	- 2.927	- 12,4%	9.587	9.800	- 213	- 2,2%	17.469	17.952	- 483	- 2,7%
Cultura	4.308	4.396	- 87	- 2,0%	1.833	1.797	36	2,0%	4	8	- 4	- 49,2%
Infraestruturas	75.540	80.968	- 5.429	- 6,7%	83.025	79.885	3.140	3,9%	56.817	159.402	- 102.586	- 64,4%
Requalificação Urbana	1.321	1.471	- 150	- 10,2%	1.013	1.280	- 267	- 20,9%	-	-	-	-
Saúde	564.215	598.282	- 34.067	- 5,7%	152.125	153.200	- 1.075	- 0,7%	323.324	339.314	- 15.990	- 4,7%
Transportes	61.805	69.514	- 7.709	- 11,1%	73.788	73.194	594	0,8%	9.590	10.067	- 477	- 4,7%
Outros	7.337	8.287	- 950	- 11,5%	10.159	14.837	- 4.678	- 31,5%	-	-	-	-
Empresas Parpública	117.322	113.432	3.890	3,4%	399.364	407.389	- 8.025	- 2,0%	24.967	25.840	- 873	- 3,4%
Total	852.501	899.931	- 47.430	- 5,3%	730.895	741.383	- 10.488	- 1,4%	432.171	552.584	- 120.413	- 21,8%

Fonte: SIRIEF

No 1º trimestre de 2014 os **Gastos com Pessoal** no SEE reduziram-se cerca de 47,4 M€ (-5,3%) para 852,5 M€, sendo de destacar as seguintes variações:

- No sector dos Transportes, a Carris registou uma diminuição dos custos com pessoal em 3,4 M€ devido ao menor número de efetivos, enquanto a redução de 3,8 M€ na CP deveu-se ao menor volume de indemnizações por cessação do contrato de trabalho pagas durante o 1.º trimestre de 2014, cerca de -4,0 M€ que em igual período do ano passado.
- A diminuição verificada no sector da Comunicação Social, com a RTP a reduzir os gastos com pessoal em 2,8 M€ (-13,3%), decorrente igualmente da diminuição do número médio de trabalhadores em cerca de 217, o equivalente a -10,7%.
- O sector da saúde reduziu os custos com pessoal em 34,0 M€ o que corresponde a uma variação de -5,7% face ao período homólogo. Refira-se que o sector da Saúde representa cerca de 66% desta rubrica no conjunto do SEE.
- As Empresas Parpública aumentaram os gastos com pessoal em 3,9 M€, justificado pelo aumento de 4,7 M€ (+4,5%) na TAP, SA, decorrente de acertos salariais que diminuíram o valor registado no 1.º trimestre de 2013, e a diminuição de 0,9 M€ na Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM).

Nos **FSE**, a redução mais significativa do SEE ocorreu nas Empresas Parpública, com uma diminuição de 8,0 M€, representando uma variação de apenas -2,0%, dado o elevado volume atingido neste sector. Este valor é explicado na sua maioria pela TAP, SA, onde os FSE reduziram 7,6 M€, decorrente da evolução favorável do preço do combustível.

O sector das Infraestruturas, apesar de verificar um aumento de 3,1 M€ (+3,9%) nos FSE, apresenta duas das maiores variações do SEE, com a EP a reduzir em cerca de 11,9 M€ os gastos com a conservação periódica de estradas e na operação de manutenção das subconcessões, enquanto a EDIA aumenta os FSE em 11,6 M€, na sua maioria, relativo a investimentos em infraestruturas de longa duração (ILD), os quais não produzem efeito no resultado final da empresa, uma vez que é contabilizado simultaneamente como proveito e gasto.

No que refere ao **CMVMC**, a maior variação ocorre no sector das Infraestruturas, com um decréscimo de 64,4%, decorrente da atividade de construção na EP, referida anteriormente.

O sector da Saúde, regista igualmente, um decréscimo de 16,0 M€ (-4,7%) para um total de 323,3 M€, essencialmente reflexo da política de racionalização e contenção de custos no sector.

3.1.3.EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No 1.º trimestre de 2014, o EBITDA do SEE cresceu 41,2% face a igual período de 2013, alcançando um resultado positivo de 74,1 M€

Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Unid: Milhares de euros Δ%
Comunicação Social	7.358	5.622	1.736	30,9%
Cultura	134	-119	252	212,8%
Infraestruturas	177.497	176.841	657	0,4%
Requalificação Urbana	-341	-1.928	1.587	82,3%
Saúde	-52.033	-140.598	88.565	63,0%
Transportes	-33.331	42.630	-75.961	-178,2%
Outros	-3.263	-2.571	-693	-26,9%
Empresas Parpública	-21.905	-27.379	5.475	20,0%
Total	74.116	52.498	21.618	41,2%

Fonte: SIRIEF

Para este resultado, contribuíram maioritariamente três sectores, o sector da Saúde com um crescimento de 88,6 M€, as Empresas Parpública ao aumentar em 5,5 M€ e o sector dos Transportes com um decréscimo de 76,0 M€ no seu EBITDA.

No sector da Saúde, destacam-se as seguintes empresas pela melhoria dos seus resultados, verificado no 1.º trimestre de 2014:

- CH de Lisboa Norte, em 22,2 M€;
- CH e Universitário de Coimbra, em 11,1 M€;
- CH do Porto, em 10,7 M€;
- CH de São João em 10,6 M€; e
- CH de Lisboa Central, em 7,5 M€.

Nas Empresas Parpública, a evolução do EBITDA deste grupo de empresas resultou do efeito conjugado das seguintes empresas:

- Parpública +13,3 M€, para um total de 13,9 M€;
- INCM +3,5 M€, para um total de 6,4 M€;
- Sagestamo +1,5 M€, para um total de 1,4 M€; e
- TAP -13,5 M€, para um total de -45,5 M€.

O sector dos Transportes foi o que apresentou a maior diminuição do EBITDA no 1.º trimestre de 2014, uma redução de 76,0 M€ face a igual período do ano anterior. Esta evolução é explicada essencialmente pela variação do justo valor, que agravou em cerca de 59,7 M€ o EBITDA no MP e em 6,9 M€ no ML. Acresce ainda referir que o ML constituiu uma provisão de 8,4 M€ relacionada com os contratos swap cuja validade está a ser discutida no âmbito de um processo judicial.

3.1.4. EBITDA ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária

No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) estabelecido entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, foi assumido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e a gestão da infraestrutura ferroviária. Apesar das revisões regulares do PAEF terem já terminado, decidiu-se manter o capítulo relativo ao EBITDA Ajustado no sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, de forma a proporcionar uma comparação e escrutínio da evolução da função operacional do sector.

Para aferição da evolução da função operacional, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA Ajustado face a 2010. Este indicador encontra-se expurgado de variações de justo valor e rúbricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de investimento em redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução positiva 49,9 M€, entre o 1.º trimestre de 2010 e o 1º trimestre de 2014, no EBITDA Ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária. Com efeito, numa base comparável, o EBITDA Ajustado passou de -43,6 M€ no 1º trimestre de 2010 para 6,4 M€ no 1º trimestre de 2014.

Na comparação homóloga entre o 1.º trimestre de 2013 e o 1.º trimestre de 2014, expurgando o efeito da variação das indemnizações compensatórias, registou-se uma melhoria do EBITDA Ajustado em cerca de 7,6M€. Incorporando o efeito da redução das indemnizações compensatórias em cerca de 11,5M€ verificada neste período, o EBITDA Ajustado reduz-se de 10,3M€ para 6,4M€.

Quadro 3.1.4. – EBITDA Ajustado agregado

EBITDAr	1.ºTrim 2010	1.ºTrim 2011	1.ºTrim 2012	1.ºTrim 2013	1.ºTrim 2014
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	131.231,7	131.260,0	144.402,8	137.775,5	141.054,1
Indemnizações Compensatórias	36.997,8	40.275,9	39.942,9	41.793,8	30.260,4
Outros subsídios e compensações financeiras	361,6	326,0	509,5	154,6	215,3
Outros rendimentos e ganhos	16.577,7	16.425,8	16.561,0	17.908,6	17.352,3
RECEITAS OPERACIONAIS	185.168,8	188.287,8	201.416,2	197.632,6	188.882,0
CMVMC	11.598,5	13.026,0	11.944,6	10.506,1	10.792,4
FSE (s/ IFRIC)	103.377,5	96.799,9	92.169,4	90.537,0	93.220,6
Custos com Pessoal sem reintrodução de subsídios de férias e natal (1)	111.698,9	105.354,9	84.740,1	84.566,6	76.675,2
Outras gastos e perdas	2.071,8	1.758,2	2.234,4	1.738,7	1.805,6
DESPESAS OPERACIONAIS	228.746,7	216.939,0	191.088,5	187.348,3	182.493,7
EBITDAr	-43.577,9	-28.651,2	10.327,7	10.284,2	6.388,3
(1) Excluindo custos com rescisões, no valor de:	981,4	1.215,5	3.978,8	5.514,1	2.158,5

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego

3.1.5.Resultados Financeiros

No 1.º trimestre de 2014 os resultados financeiros do SEE agravaram-se em 1,2% face ao período homólogo de 2013, para um total de -261,0 M€, essencialmente, pela conjugação da melhoria de 26,6 M€ verificada no sector dos Transportes com o agravamento de 28,9 M€ verificado nas Empresas Parpública.

Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	-1.241	-1.211	-30	-2,4%
Cultura	-7	-4	-3	-67,9%
Infraestruturas	-110.519	-107.476	-3.043	-2,8%
Requalificação Urbana	-2.373	-2.452	80	3,3%
Saúde	311	-730	1.041	142,7%
Transportes	-93.584	-120.193	26.609	22,1%
Outros	-2.116	-3.323	1.207	36,3%
Empresas Parpública	-51.431	-22.481	-28.950	-128,8%
Total	-260.959	-257.871	-3.088	-1,2%

Fonte: SIRIEF

O sector dos Transportes melhorou em 26,6 M€ os resultados financeiros no primeiro trimestre deste ano. Esta evolução é justificada pelo contributo dos resultados das seguintes empresas:

- MP +20,7 M€ para um total de -23,1 M€;
- ML +13,6 M€ para -1,8 M€; e
- STCP - 12,3 M€ para um total de -14,1 M€.

Nas Empresas Parpública, a AdP mantém resultados financeiros positivos de 7,2 M€, ainda que se verifique uma diminuição de 82,1% face ao 1.º trimestre do ano passado, uma vez que nesse período a AdP já tinha recebido os dividendos da empresa EPAL, o que em 2014 só ocorreu em abril. Destaque ainda para a TAP, SA, que melhorou em mais de 50% os resultados financeiros no 1.º trimestre de 2014, ao crescer 5,8 M€, para alcançar um total de -4,2 M€, decorrente do comportamento positivo das diferenças de câmbio e do crescimento dos juros obtidos superior aos juros suportados.

O sector das Infraestruturas verifica um aumento do prejuízo financeiro de 2,8%, resultado da combinação do agravamento de 5,6 M€ na EP, consequência de um aumento dos gastos financeiros com Contratos Subconcessão, e uma melhoria de 2,1 M€ na REFER, decorrente de taxas de financiamento mais baixas.

3.1.6.Resultados Líquidos

O resultado líquido global do SEE, ainda que negativo, mantém a tendência de melhoria, tendo atingido no final do 1.º trimestre de 2014 um total de -394,1 M€, o correspondente a um crescimento de 11,2 M€ face ao trimestre do período homólogo.

Salientando-se para a formação deste resultado o sector da Saúde (+52,4%), o sector dos Transportes (-38,4%) e as Empresas Parpública (-44,5%).

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Unid: Milhares de euros Δ%
Comunicação Social	3.674	2.944	730	24,8%
Cultura	-13	-274	261	95,2%
Infraestruturas	-21.693	-20.649	-1.044	-5,1%
Requalificação Urbana	-2.728	-5.463	2.735	50,1%
Saúde	-82.714	-173.634	90.920	52,4%
Transportes	-170.941	-123.521	-47.420	-38,4%
Outros	-6.045	-6.033	-11	-0,2%
Empresas Parpública	-113.601	-78.621	-34.980	-44,5%
Total	-394.061	-405.252	11.190	2,8%

Fonte: SIRIEF

O incremento das vendas e serviços prestados, aliado à contenção de custos, ocorrido no sector da Saúde, explica o aumento do resultado líquido de 90,9 M€ neste sector, alcançando no final do 1.º trimestre de 2014, um total de -82,7 M€.

O resultado líquido das Empresas Parpública caiu 35,0 M€ para cerca de -113,6 M€, essencialmente pela diminuição dos resultados da AdP, em cerca de 44,3 M€.

No sector dos Transportes, o agravamento da rúbrica de variações de justo valor em cerca de 76,0 M€, referida na análise do EBITDA, conjugado com a melhoria dos resultados financeiros, em 26,6 M€, gera uma diminuição do resultado líquido de 47,4 M€ face ao 1.º trimestre de 2013, para um total de -170,9 M€.

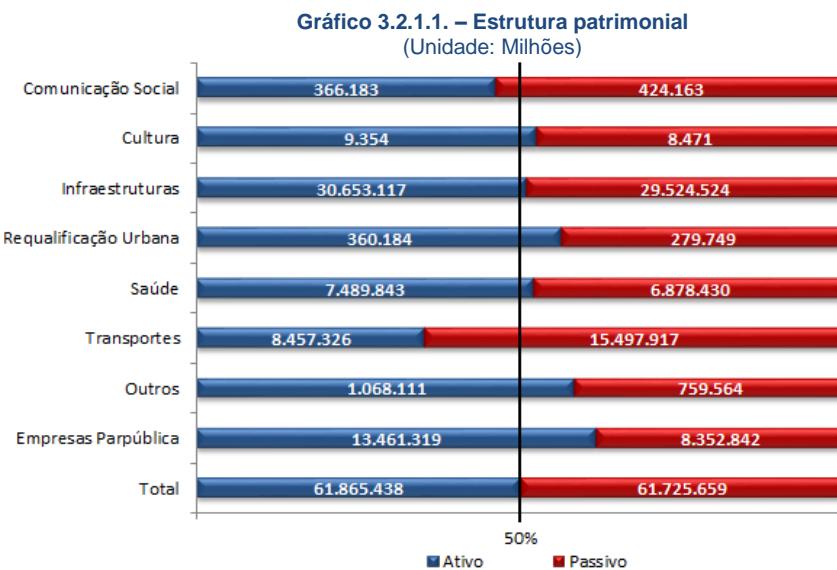
O sector das Infraestruturas diminuiu os seus resultados líquidos em cerca de 1,0 M€ para um total de -21,7 M€, consequência do agravar dos resultados financeiros, particularmente na EP.

3.2. Análise Patrimonial

3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

Em termos patrimoniais, no 1.º trimestre de 2014, o SEE apresenta uma evolução positiva face ao ano de 2013, com o ativo e o passivo a crescerem 5,3% e 4,7% respetivamente.

O capital próprio do SEE ascendeu a 139,8M€ no final do 1ºT de 2014 (-192,4 M€ em 31 dezembro de 2013). Esta evolução decorre de dotações de capital realizadas durante o 1.º trimestre de 2014, que totalizaram cerca de 688,5 M€, essencialmente repartidos pelo sector das Infraestruturas (332,1 M€), o sector da Saúde (299,7 M€) e o sector dos Transportes (55,8 M€). Estas dotações de capital têm como objetivo fazer face a investimentos a executar durante o ano de 2014 e à redução do serviço da dívida das empresas.

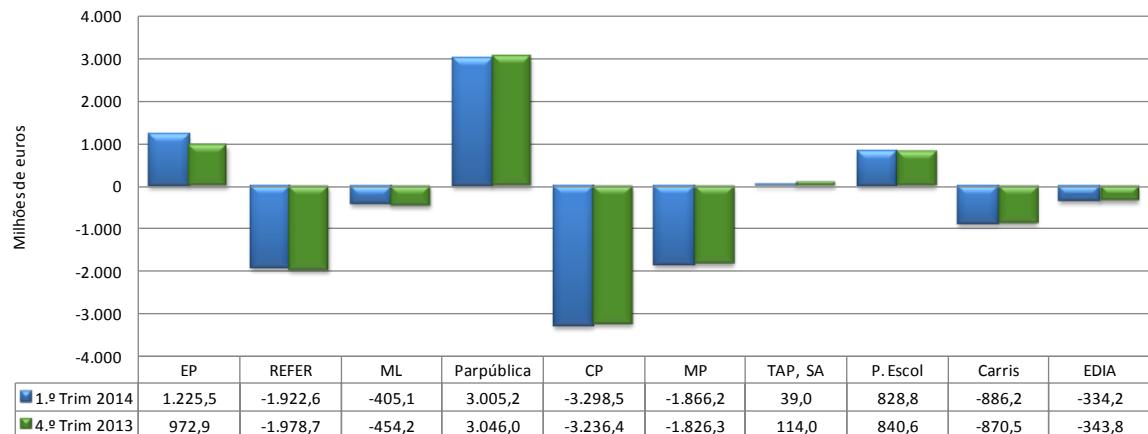


Fonte: SIRIEF

O gráfico acima evidencia a situação desequilibrada do sector dos Transportes, com o passivo a representar quase o dobro do ativo, atingindo, consequentemente, os capitais próprios o valor de -7.040,6 M€, correspondendo a um agravamento de 1,2% face ao final do ano de 2013.

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao sector, apresenta um valor de ativo (30.653,1 M€) e passivo (29.524,5 M€) muito superior ao dos restantes, sendo de referir que, o aumento de capital realizado na EP, de 251,8 M€, e na REFER, de 80,3 M€, durante o 1.º trimestre de 2014, originou o crescimento dos capitais próprios no sector de 38,7% face ao ano anterior.

Gráfico 3.1.2.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo



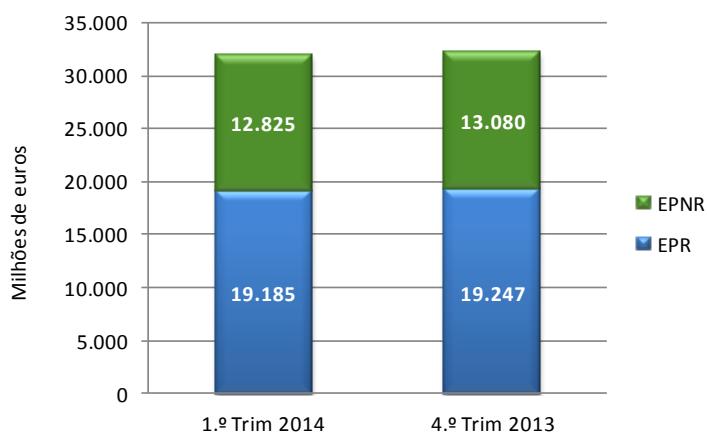
Fonte: SIRIEF

O gráfico acima apresentado mostra a evolução do capital próprio das 10 empresas com maior passivo, ordenado de forma decrescente do passivo.

3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre EPNR e EPR, uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por estas empresas se encontrarem incluídas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR



Fonte: SIRIEF

Até ao final do 1.º trimestre de 2014, o SEE regista uma diminuição do endividamento em 1,0% face ao valor verificado no final de 2013, tendo reduzido para 32.009,7 M€, repartidos pelas EPNR, num total de 12.824,6 M€ (-2,0%), e EPR, num total de 19.185,1 M€ (-0,3%).

Nas EPNR, o decréscimo resulta principalmente dos aumentos de capital no sector da Saúde, num total de 299,7 M€, realizados em espécie por conversão em capital através da entrega das

unidades de participação no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, detidas pelo Estado, destinadas a liquidar os empréstimos que diversas unidades hospitalares detinham junto deste Fundo.

Do sector dos Transportes e Outros, destacam-se as seguintes empresas não reclassificadas que contribuíram negativamente para a evolução do endividamento no 1.º trimestre de 2014:

- Empordef com um aumento de 35,5 M€ para cerca de 186,1 M€;
- CP aumentou em 32,2 M€ para 3.870,0 M€; e
- Carris aumentou em 12,5 M€ para um total de 789,2 M€

A maioria das Empresas Parpública, reduziram os seus financiamentos, nomeadamente a TAP, SA, (-35,7 M€ para um total de 806,3 M€) e a Sagestamo (-23,9 M€ para cerca de 422,3 M€), enquanto a Parpública aumentou o endividamento em 41,5 M€ para um total de 4.262,7 M€.

Quadro 3.2.2. – Endividamento

	1.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Unid: Milhares de euros Δ%
Comunicação Social	63.941	74.404	-10.463	-14,1%
Cultura	903	900	3	0,4%
Infraestruturas	12.407.662	12.417.810	-10.148	-0,1%
Requalificação Urbana	166.569	167.079	-510	-0,3%
Saúde	46.777	361.083	-314.306	-87,0%
Transportes	12.630.423	12.626.459	3.964	0,0%
Outros	545.719	510.593	35.126	6,9%
Empresas Parpública	6.147.710	6.168.987	-21.277	-0,3%
Total	32.009.705	32.327.315	-317.610	-1,0%

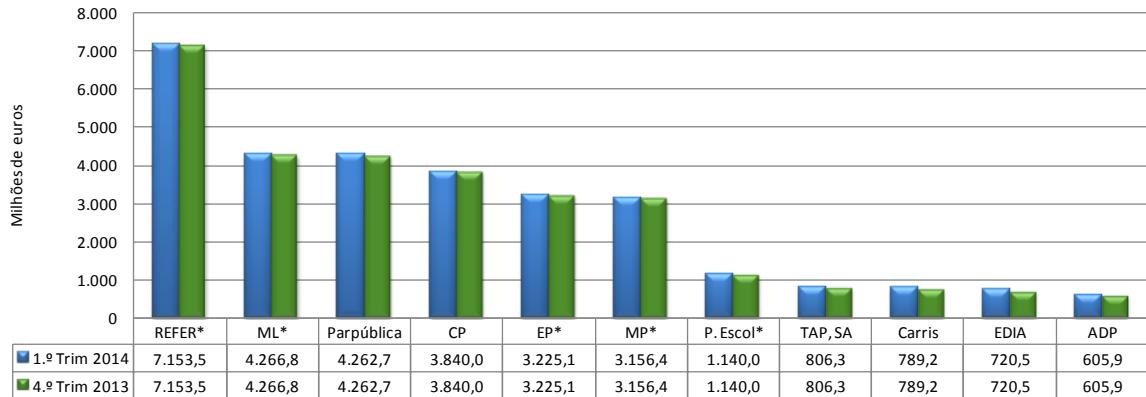
Fonte: SIRIEF

Relativamente às EPR, a redução do endividamento é menos notória, apesar de representar a maioria do endividamento total do SEE, com 19.185,1 M€.

O aumento do endividamento da EP em 22,0 M€ (+0,7%) conjugado com a redução do endividamento verificado nas seguintes empresas justifica a evolução positiva (-62,4 M€) registada nas EPR:

- MP em 30,7 M€ (-1,0%);
- REFER em 30,6 M€ (-0,4%);
- ML em 14,1 M€ (-0,3%);
- RTP em 10,3 M€ (-14,1%).

Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento



(*) – EPR

Fonte: SIRIEF

As onze empresas constantes do gráfico supra, representam no seu somatório, 93,6% do endividamento total do SEE, correspondendo a um crescimento de 0,92 p.p. durante o 1.º trimestre de 2014.

3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a essa agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), submeterem a parecer do IGCP, E.P.E. os IGRF.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de restruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Durante o primeiro trimestre de 2014 foi cancelado um derivado da REFER que tinha maturidade em março de 2015, tendo resultado num recebimento por parte da empresa de 3,4 M€. Neste período foram também executadas três renovações mensais de um swap cambial da PARVALOREM que visa a cobertura de uma posição de tesouraria em dólares.

À data de 31 de março de 2014 existiam 57 IGRF nas carteiras de 11 empresas, repartidas por três sectores de atividade, com um nocional agregado de 2.492,5 M€, e um valor de mercado negativo da ordem dos 1.621,5 M€.

Desse universo, 9 derivados com estruturas do tipo “snowball”, contratados junto do Banco Santander Totta, estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos interpostos pelo banco¹.

No que diz respeito às restantes 48 operações, o quadro seguinte exibe o valor contratual e o valor de mercado dos IGRF (*MtM*) por empresa.

¹ Mais concretamente, e face ao comunicado da SETF de 26.04.2013, o BST interpôs num tribunal inglês um conjunto de acções de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

Por se tratar de um *fx swap* de muito curto prazo, a tabela não inclui uma operação da PARVALOREM, que tem um valor contratual de 75,4 M USD e apresentava, à data de 31.03.2014, um valor de mercado de cerca de 0,4 M€.

Quadro 3.3.2. - IGRF por Sector (excluindo 9 derivados BST)

Valores em Milhares de euros, reportados a 31.03.2014

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	IGRF - MtM ⁽¹⁾	Endividamento ⁽²⁾	MtM/Divida (%)
APL ⁽³⁾	1	12,900	-2,573	118,643	-2.2%
Subtotal Infra-Estruturas	1	12,900	-2,573	118,643	-2.2%
Carris	2	177,400	-34,091	789,221	-4.3%
CP	3	265,540	-62,971	3,839,977	-1.6%
Metro Porto	2	106,559	-25,293	3,156,441	-0.8%
Metropolitano Lisboa	16	689,914	-63,125	4,266,775	-1.5%
TAP	14	142,544	-1,475	806,330	-0.2%
Transtejo	1	27,500	-3,486	179,265	-1.9%
Subtotal Transportes	38	1,409,457	-190,440	13,038,010	-1.5%
ADP	4	170,000	-32,656	605,851	-5.4%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	4	170,000	-32,656	605,851	-5.4%
Parpública ⁽⁴⁾	4	465,069	-134,269	4,262,661	-3.1%
Total Geral	47	2,057,426	-359,937	18,025,165	-2.0%

⁽¹⁾ - Fonte: Valorização das contrapartes reportada pelas empresas

⁽²⁾ - Fonte: DGTF.

⁽³⁾ - Derivado embedded num contrato de mútuo

⁽⁴⁾ - Inclui obrigações convertíveis sobre acções da GALP

O quadro supra evidencia ainda o peso do valor de mercado dos IGRF contratados (*MtM*), à data de 31 de março, face ao endividamento das empresas.

Em termos da exposição ao risco de taxa de juro, foi feita uma análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma variação positiva de 1% na curva de rendimentos do euro teria um impacto favorável de cerca de 117,7 M€, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 151,6 M€² no valor da carteira (Fonte: IGCP).

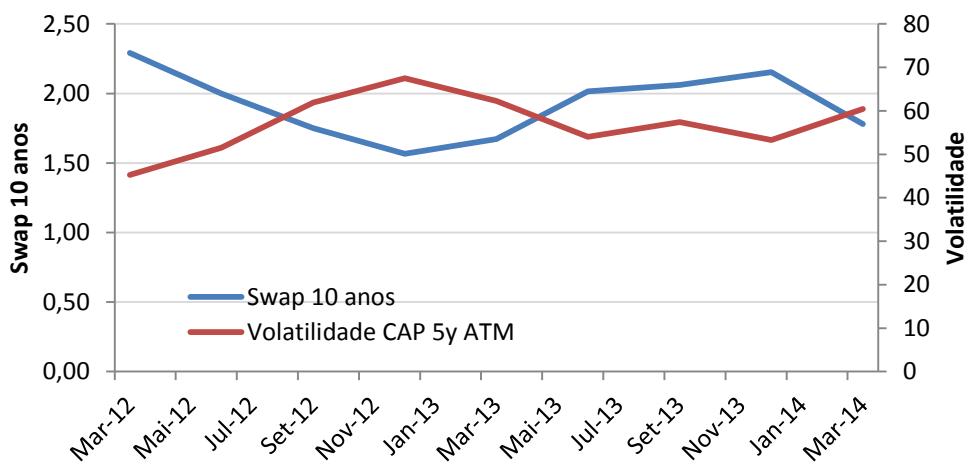
Quadro 3.3.3. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro (excluindo 9 derivados BST)

² Como já foi referido em boletins anteriores, nesta análise impôs-se como limite que as taxas de juro não poderiam assumir valores negativos, pelo que nos prazos mais curtos o choque de facto imposto à curva foi inferior (em valor absoluto) a 1%.

Empresa	Nº Operações	IGRF - MtM	+1%	-1%
ADP	4	-32,656	4,321	-5,542
APL	1	-2,573	466	-397
Carris	2	-34,091	1,511	-845
CP	3	-62,971	7,931	-6,363
Metropolitano Lisboa	16	-63,125	42,761	-64,399
Metro Porto	2	-25,293	253	-2,696
Parpública	4	-134,269	59,115	-70,437
TAP	14	-1,475	660	-468
Transtejo	1	-3,486	719	-446
Total	47	-359,937	117,737	-151,594

Comparativamente com o 4.º trimestre do ano anterior, a sensibilidade do valor global de mercado à subida da taxa de juro aumentou em cerca de 2%, o que se deveu essencialmente à descida do nível geral das taxas neste período.

Gráfico 3.3. – Evolução do Mercado



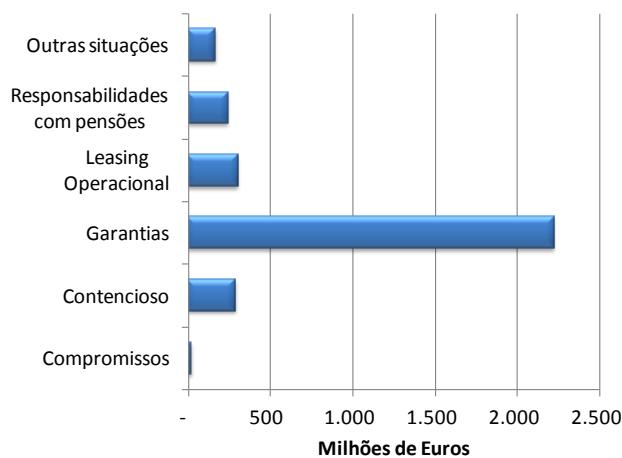
3.4. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 31 de março, 578 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 3.233,7 M€, representando um acréscimo de cerca 13,1% face ao número de operações reportado em dezembro p.p.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2.729,5 M€ (cerca de 84,2% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 56,2%), a TAP (com 15,9%), o ML (com 7,3%) e a EP (com 4,8%).

Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, *leasing* operacional e contencioso correspondendo, respetivamente, a 2.224,1 M€ (68,8%), 299,5 M€ (9,3%), 277,6 M€ (8,1%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 86,0% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 81,3% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional		Unid: Milhares de euros
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante	
1.1. Comunicação Social	6	7.353	5	4.494	1	2.859	0	0	
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	4	15.213	2	4.766	1	7.767	0	0	
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	13	2.390	9	2.123	2	0	2	267	
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	6	155.822	3	150.295	1	0	2	5.527	
1.3.5. Outras Infraestruturas	21	9.060	1	0	17	7.110	2	80	
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	19	18.046	1	16	16	18.016	2	14	
1.5. Saúde	326	101.714	0	332	299	64.360	12	486	
1.6. Serviços de Utilidade Pública	18	1.821.787	5	1.807.756	7	0	0	0	
1.7. Transportes	99	893.644	53	177.980	41	171.267	1	292.962	
1.8. Parpública	13	121.589	1	1.957	5	6.182	3	181	
1.9. Outros Sectores	53	87.073	25	74.348	15	10.336	8	242	
Total	578	3.233.693	105	2.224.066	390	277.560	24	299.517	

Fonte: Empresas

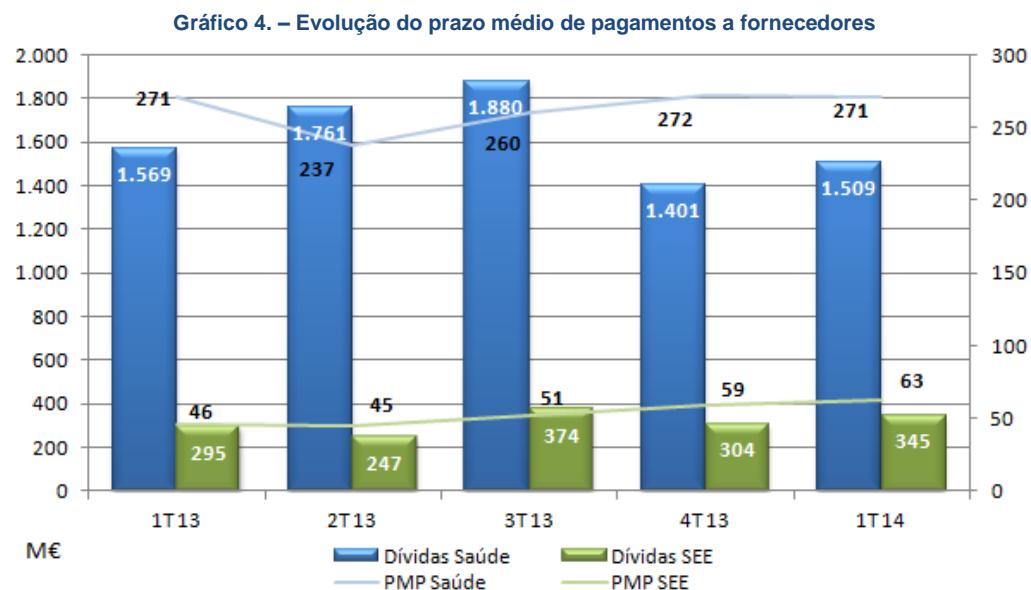
As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “contencioso” são a TAP³, a Parque Expo e a Parque Escolar, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

O leasing operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

³ Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:



Nota: A alienação da posição majoritária detida pelo Estado nos CTT no final de 2013, determinou a sua exclusão desta análise, pelo que os dados para trimestres anteriores poderão não coincidir com boletins anteriores.

Fonte: ACSS para os dados da Saúde e os restantes são submetidos pelas empresas.

O PMP do sector da Saúde tende para uma estabilização ao nível verificado no final do exercício de 2013. A dívida a fornecedores regista uma redução significativa desde o 3.º trimestre de 2013, apesar do ligeiro acréscimo no trimestre em análise. As restantes empresas do SEE alcançam um PMP de 63 dias, ligeiramente superior ao trimestre anterior.

Este crescimento ocorre principalmente do aumento de 39 dias na CP, bem como do seu aumento de dívidas a fornecedores, essencialmente dívidas à REFER relativas à Taxa de Uso de Infraestrutura (TUI).

5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira⁴ (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou⁵ que entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como às demais empresas públicas, devem fornecer à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas sector público administrativo⁶, determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera⁷ “*«Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes*”.

No período em análise, globalmente⁸ assistiu-se, comparativamente ao 1.º trimestre de 2013, a um aumento de 58,7 M€ no volume dos pagamentos em atraso (“arrears”), de 66,8 M€ para 125,5 M€, verificando-se no subgrupo das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) uma evolução desfavorável, influenciada essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 45,6 M€ no 1.º trimestre de 2013 para 120,7 M€ no período homólogo de 2014, dos quais cerca de 119,8 M€ correspondem a dívidas à REFER. Constatase, assim que, entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o Sector da Saúde), o peso dos pagamentos em atraso, quando comparado com o montante das aquisições, cresceu de 11,1% para 27,6%, tendo subjacente um aumento dos pagamentos em atraso.

⁴ Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.

⁵ Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

⁶ Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

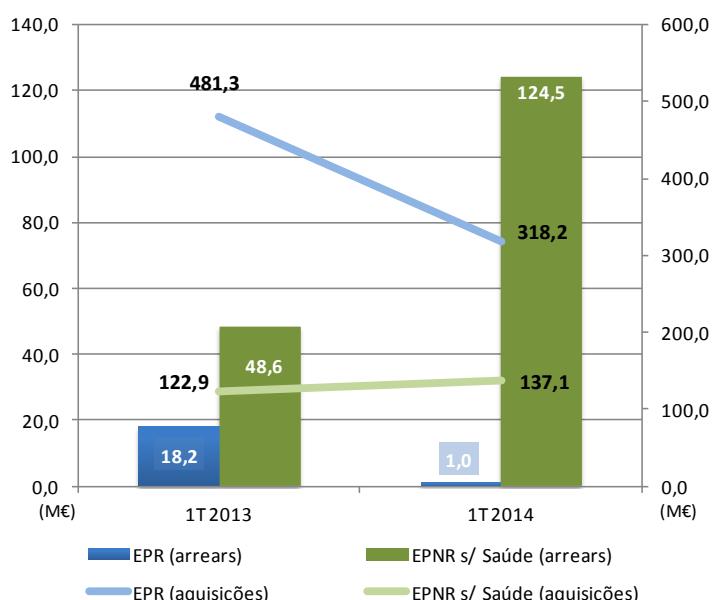
⁷ Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.

⁸ Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

No que importa às EPR, estas estão sujeitas ao cumprimento da LCPA, a qual definiu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais, sendo a não acumulação⁹ de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF¹⁰.

No período em análise, entre as EPR observou-se uma redução de cerca de 17,2 M€, destacando-se o contributo do MP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 15,7 M€ para 0,7 M€, variação esta decorrente do acordo assinado com a Normetro, ACE¹¹.

**Gráfico 5.1. – Evolução Pagamentos em atraso
(EPR e EPNR sem sector da Saúde)**



Fonte: Empresas

No sector da Saúde verificou-se, igualmente, uma diminuição do volume dos pagamentos em atraso em 103,6 M€, tendo passado de 1.028,4 M€ para 924,8 M€, o que reflete essencialmente o efeito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Serviço Nacional de Saúde¹² (PERD 2013), que permitiu regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais

⁹ Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.

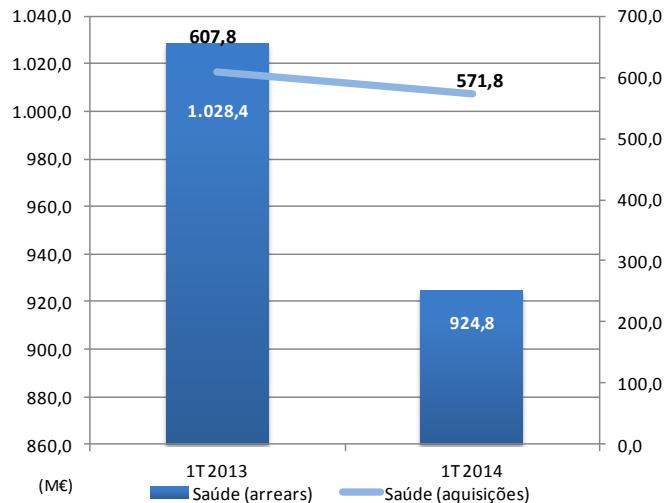
¹⁰ A Lei do Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no n.º 1 do artigo 256.º estabelece que “mantém -se até 31 de dezembro de 2014 todas as medidas e os efeitos, de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação que se encontrem diretamente dependentes da vigência do PAEF”.

¹¹ Foi definido o dia 28 de fevereiro de 2015 como data para pagamento da fatura relativa ao denominado «Acordo Global de Contas para Fecho do Contrato», no valor de M€ 15, razão pela qual esta deixou de ser registada como pagamento em atraso.

¹² Aplicou-se, em regra, durante o último trimestre de 2013.

favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para esta evolução também contribuiu o prosseguimento de políticas de contenção de gastos.

Gráfico 5.2. – Evolução Pagamentos em atraso
(Sector da Saúde)



Fonte: ACSS

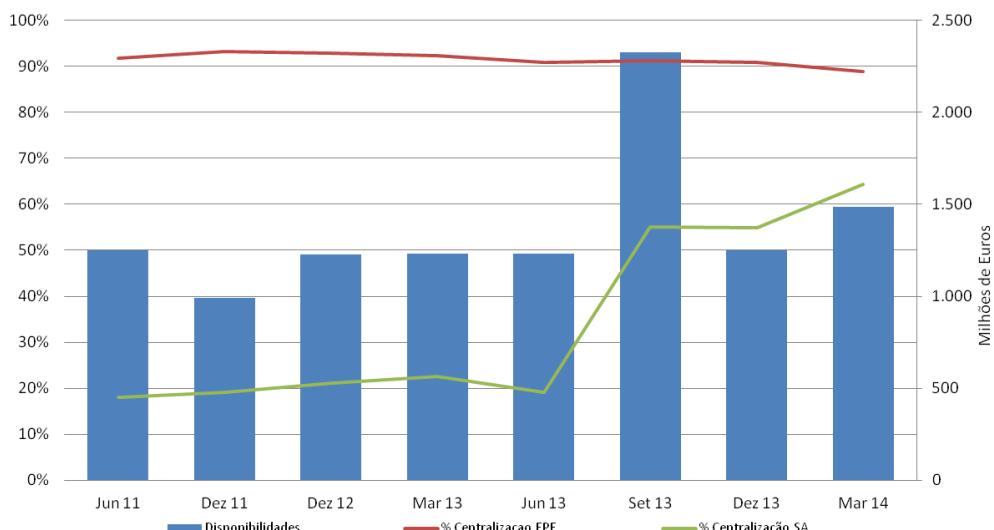
6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento da UTE e à divulgação de informação adicional junto desta Direção-Geral.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática. A presente secção divulga a informação recolhida relativamente às empresas abrangidas no universo de reporte deste boletim.

Tabela 6.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa

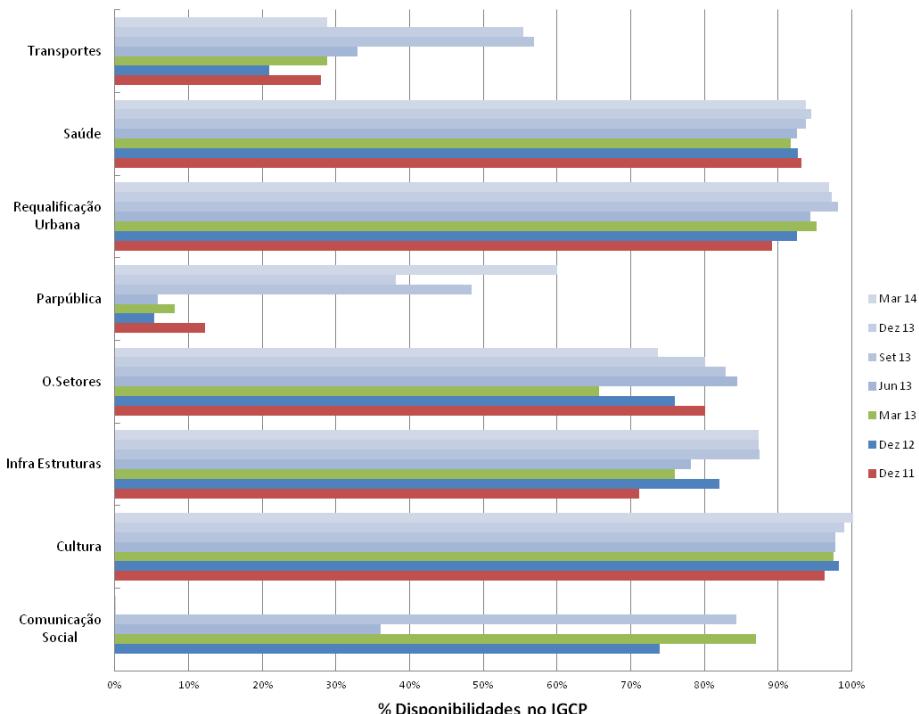


Fonte: SIRIEF

No 1.º trimestre de 2014, as SA apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 64,3%, representando um acréscimo de 9,4% face ao final do ano, sendo explicado por um aumento da taxa de centralização de fundos da Parpública, acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas no IGCP. Note-se que no 1.º trimestre, as Empresas

Parpública representavam 28,2% do total dos fundos depositados pelas empresas do SEE no IGCP, contra os 13,4% no anterior trimestre.

Tabela 6.2. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade

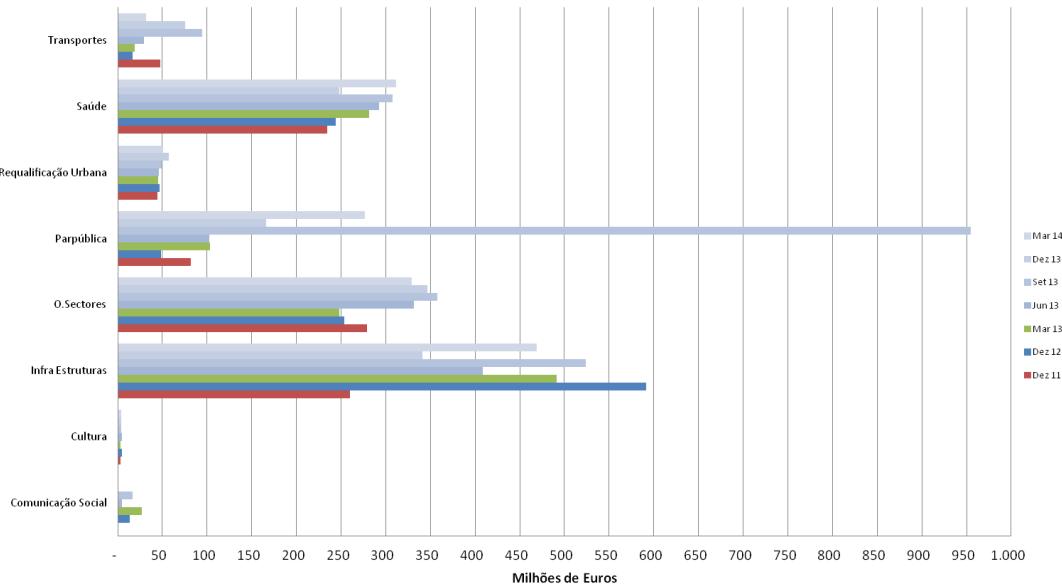


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de percentagem de centralização de fundos no IGCP continuam a ser os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por sector de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar assume um peso significativo.

Tabela 6.3. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

ANEXOS

A – UNIVERSO SEE ANALISADO

Comunicação Social

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA¹

Cultura

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE
Teatro Nacional D. Maria II, EPE
Teatro Nacional S. João, EPE¹

Gestão de Infraestruturas

Infraestruturas Aéreas

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

Infraestruturas Ferroviária

REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE¹

Infraestruturas Portuárias

APA - Administração do Porto de Aveiro, SA
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA
APS - Administração do Porto de Sines, SA
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

Infraestruturas Rodoviárias

EP - Estradas de Portugal, SA¹

Outras Infraestruturas

Docapesca - Portos e Lotas, SA
EDIA - Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA
Parque Escolar, EPE¹

Requalificação Urbana

Parque Expo 98, SA
Polis Litoral Norte, SA¹
Polis Litoral Ria Aveiro, SA¹
Polis Litoral Ria Formosa, SA¹
Polis Litoral Sudoeste, SA¹
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA¹

Transportes

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE
Metro do Mondego, SA
Metro do Porto, SA¹
Metropolitano de Lisboa, EPE¹
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA
Transtejo - Transportes do Tejo, SA¹

Outros Sectores

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA
Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Saúde

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE
Centro Hospitalar de Leiria, EPE
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE
Centro Hospitalar de São João, EPE
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE
Centro Hospitalar do Porto, EPE
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE
Hospital de Magalhães Lemos, EPE
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
Hospital Distrital de Santarém, EPE
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE
Hospital Santa Maria Maior, EPE
IPO - Coimbra, EPE
IPO - Porto, EPE
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE

Parpública

Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA
Baía do Tejo, SA
CE - Circuito Estoril, SA
Companhia das Lezírias, SA
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA
Lazer&Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, Imobiliário e Ci
Sagestamo - Sociedade Gestora de participações Sociais Imob., SGPS, SA
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimento, SA
TAP, SA

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).

B - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro B.1 - Rendimentos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	3.631	3.591	40	1,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	51.809	43.048	8.760	20,4%	70	10.616	-10.546	-99,3%	-	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>55.440</i>	<i>46.639</i>	<i>8.800</i>	<i>18,9%</i>	<i>70</i>	<i>10.616</i>	<i>-10.546</i>	<i>-99,3%</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Cultura												
<i>subtotal</i>	<i>1.237</i>	<i>1.104</i>	<i>133</i>	<i>12,0%</i>	<i>4.803</i>	<i>4.792</i>	<i>11</i>	<i>0,2%</i>	<i>330</i>	<i>245</i>	<i>86</i>	<i>35,0%</i>
Infraestruturas												
Administração Portuária	33.154	33.799	-645	-1,9%	20	83	-63	-75,7%	19	0	18	6259,2%
EP - Estradas de Portugal, SA	222.087	326.030	-103.943	-31,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque Escolar, EPE	15.144	13.679	1.465	10,7%	-	-	-	-	418	717	-298	-41,6%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	23.769	26.764	-2.995	-11,2%	10.123	10.925	-802	-7,3%	-	-	-	-
Outros	47.713	48.207	-494	-1,0%	83	208	-124	-60,0%	16.058	4.255	11.803	277,4%
<i>subtotal</i>	<i>341.867</i>	<i>448.480</i>	<i>-106.612</i>	<i>-23,8%</i>	<i>10.227</i>	<i>11.215</i>	<i>-989</i>	<i>-8,8%</i>	<i>16.495</i>	<i>4.972</i>	<i>11.523</i>	<i>231,7%</i>
Requalificação Urbana												
Parque Expo 98, SA	837	1.002	-165	-16,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1	-	1	-	421	425	-3	-0,8%
<i>subtotal</i>	<i>837</i>	<i>1.002</i>	<i>-165</i>	<i>-16,5%</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>421</i>	<i>425</i>	<i>-3</i>	<i>-0,8%</i>
Saúde												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	86.611	89.219	-2.609	-2,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar de São João, EPE	72.358	63.245	9.113	14,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	58.186	52.582	5.604	10,7%	18	-	18	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	86.899	85.073	1.827	2,1%	70	14	57	416,9%	-	-	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	80.472	70.507	9.966	14,1%	229	391	-162	-41,4%	200	-	200	-
Outros	549.510	547.896	1.614	0,3%	1.178	187	991	529,5%	-	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>934.036</i>	<i>908.522</i>	<i>25.514</i>	<i>2,8%</i>	<i>1.495</i>	<i>592</i>	<i>903</i>	<i>152,6%</i>	<i>200</i>	<i>-</i>	<i>200</i>	<i>-</i>
Transportes												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	21.360	20.988	372	1,8%	220	4.935	-4.716	-95,6%	12	3	10	355,2%
CP - Comboios de Portugal, EPE	53.646	51.703	1.942	3,8%	4.624	8.464	-3.840	-45,4%	-	-	-	-
Metro do Porto, SA	11.606	11.821	-215	-1,8%	2.884	2.884	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	20.260	18.035	2.225	12,3%	7.656	11.714	-4.057	-34,6%	2	41	-39	-95,7%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	10.658	11.245	-587	-5,2%	1.907	2.553	-645	-25,3%	-	-	-	-
Outros	3.413	3.448	-35	-1,0%	1.956	728	1.228	168,7%	141	154	-13	-8,6%
<i>subtotal</i>	<i>120.943</i>	<i>117.240</i>	<i>3.703</i>	<i>3,2%</i>	<i>19.248</i>	<i>31.278</i>	<i>-12.030</i>	<i>-38,5%</i>	<i>155</i>	<i>198</i>	<i>-42</i>	<i>-21,5%</i>
Outros												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	6.276	8.526	-2.250	-26,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	6.419	10.104	-3.685	-36,5%	97	-	97	-	197	208	-11	-5,2%
<i>subtotal</i>	<i>12.695</i>	<i>18.630</i>	<i>-5.935</i>	<i>-31,9%</i>	<i>97</i>	<i>-</i>	<i>97</i>	<i>-</i>	<i>197</i>	<i>208</i>	<i>-11</i>	<i>-5,2%</i>
Empresas Parpública												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2.635	2.627	9	0,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	17.897	16.903	995	5,9%	-	-	-	-	167	-938	1.105	117,8%
TAP, SA	462.116	484.902	-22.787	-4,7%	390	1.047	-657	-62,8%	7.171	5	7.165	137348,1%
Outros	3.587	3.539	48	1,4%	481	465	17	3,6%	184	197	-13	-6,4%
<i>subtotal</i>	<i>486.235</i>	<i>507.970</i>	<i>-21.735</i>	<i>-4,3%</i>	<i>871</i>	<i>1.511</i>	<i>-640</i>	<i>-42,4%</i>	<i>7.522</i>	<i>-736</i>	<i>8.258</i>	<i>1122,1%</i>
Total SEE	1.953.289	2.049.587	-96.298	-4,7%	36.811	60.005	-23.194	-38,7%	25.322	5.311	20.010	376,7%

Fonte: SIRIEF

Quadro B.2 - Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.429	2.561	- 133	- 5,2%	902	940	- 38	- 4,0%	-	18	- 18	- 100,0%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	18.225	21.019	- 2.794	- 13,3%	8.686	8.861	- 175	- 2,0%	17.469	17.934	- 465	- 2,6%
subtotal	20.654	23.581	- 2.927	- 12,4%	9.587	9.800	- 213	- 2,2%	17.469	17.952	- 483	- 2,7%
Cultura												
subtotal	4.308	4.396	- 87	- 2,0%	1.833	1.797	36	2,0%	4	8	- 4	- 49,2%
Infraestruturas												
Administração Portuária	12.761	11.801	960	8,1%	4.678	5.258	- 581	- 11,0%	720	670	50	7,5%
EP - Estradas de Portugal, SA	8.136	8.586	- 450	- 5,2%	35.274	47.206	- 11.932	- 25,3%	54.517	155.452	- 100.935	- 64,9%
Parque Escolar, EPE	1.964	2.484	- 521	- 21,0%	1.504	1.118	387	34,6%	-	-	-	-
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	19.632	20.595	- 963	- 4,7%	21.491	17.662	3.829	21,7%	1.204	2.736	- 1.532	- 56,0%
Outros	33.046	37.501	- 4.455	- 11,9%	20.077	8.641	11.436	132,3%	375	544	- 169	- 31,0%
subtotal	75.540	80.968	- 5.429	- 6,7%	83.025	79.885	3.140	3,9%	56.817	159.402	- 102.586	- 64,4%
Requalificação Urbana												
Parque Expo 98, SA	1.285	1.442	- 157	- 10,9%	325	537	- 213	- 39,6%	-	-	-	-
Outros	36	29	7	24,0%	689	743	- 54	- 7,3%	-	-	-	-
subtotal	1.321	1.471	- 150	- 10,2%	1.013	1.280	- 267	- 20,9%	-	-	-	-
Saúde												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	53.444	57.103	- 3.659	- 6,4%	12.317	12.827	- 510	- 4,0%	35.711	38.763	- 3.052	- 7,9%
Centro Hospitalar de São João, EPE	40.476	43.432	- 2.956	- 6,8%	7.289	8.609	- 1.320	- 15,3%	31.484	31.409	75	0,2%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	29.004	30.390	- 1.387	- 4,6%	5.336	6.051	- 715	- 11,8%	25.674	29.438	- 3.764	- 12,8%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	54.151	60.160	- 6.009	- 10,0%	8.194	6.988	1.206	17,3%	31.718	35.974	- 4.255	- 11,8%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	42.090	45.442	- 3.353	- 7,4%	13.023	14.145	- 1.122	- 7,9%	41.713	46.594	- 4.881	- 10,5%
Outros	345.052	361.755	- 16.703	- 4,6%	105.967	104.580	1.386	1,3%	157.023	157.136	- 113	- 0,1%
subtotal	564.215	598.282	- 34.067	- 5,7%	152.125	153.200	- 1.075	- 0,7%	323.324	339.314	- 15.990	- 4,7%
Transportes												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	13.515	16.864	- 3.350	- 19,9%	5.402	5.189	213	4,1%	4.560	4.789	- 229	- 4,8%
CP - Comboios de Portugal, EPE	20.815	24.597	- 3.782	- 15,4%	40.516	39.949	566	1,4%	1.837	2.273	- 436	- 19,2%
Metro do Porto, SA	1.091	1.072	19	1,8%	13.760	12.978	782	6,0%	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	16.005	16.431	- 426	- 2,6%	6.598	6.707	- 109	- 1,6%	830	454	376	82,7%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	7.417	7.230	187	2,6%	5.530	6.273	- 743	- 11,8%	315	280	35	12,5%
Outros	2.963	3.320	- 357	- 10,8%	1.983	2.096	- 114	- 5,4%	2.047	2.270	- 223	- 9,8%
subtotal	61.805	69.514	- 7.709	- 11,1%	73.788	73.194	594	0,8%	9.500	10.067	- 477	- 4,7%
Outros												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	55	60	- 5	- 8,7%	6.460	5.443	1.017	18,7%	-	-	-	-
Outros	7.282	8.227	- 945	- 11,5%	3.698	9.394	- 5.695	- 60,6%	-	-	-	-
subtotal	7.337	8.287	- 950	- 11,5%	10.159	14.837	- 4.678	- 31,5%	-	-	-	-
Empresas Parpública												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	478	464	13	2,9%	532	670	- 138	- 20,6%	-	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	1.047	996	51	5,1%	1.048	1.051	- 3	- 0,3%	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	4.509	5.433	- 924	- 17,0%	2.821	3.147	- 326	- 10,4%	4.215	3.621	594	16,4%
TAP, SA	109.333	104.619	4.714	4,5%	392.825	400.393	- 7.568	- 1,9%	20.303	21.705	- 1.401	- 6,5%
Outros	1.954	1.920	35	1,8%	2.139	2.128	11	0,5%	449	514	- 66	- 12,8%
subtotal	117.322	113.432	3.890	3,4%	399.364	407.389	- 8.025	- 2,0%	24.967	25.840	- 873	- 3,4%
Total SEE	852.501	899.931	- 47.430	- 5,3%	730.895	741.383	- 10.488	- 1,4%	432.171	552.584	- 120.413	- 21,8%

Fonte: SIRIEF

Quadro B.3 - Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA

	Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	299	60	239	398,6%	8,2%	1,7%	6,6
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	7.059	5.562	1.497	26,9%	13,6%	12,9%	0,7
<i>subtotal</i>	<i>7.358</i>	<i>5.622</i>	<i>1.736</i>	<i>30,9%</i>	<i>13,3%</i>	<i>12,1%</i>	<i>1,2</i>
Cultura							
<i>subtotal</i>	<i>134</i>	<i>- 119</i>	<i>252</i>	<i>212,8%</i>	<i>10,8%</i>	<i>- 10,7%</i>	<i>21,6</i>
Infraestruturas							
Administração Portuária	23.075	26.936	- 3.861	- 14,3%	69,6%	79,7%	- 10,1
EP - Estradas de Portugal, SA	135.694	125.525	10.169	8,1%	61,1%	38,5%	22,6
Parque Escolar, EPE	14.361	17.802	- 3.441	- 19,3%	94,8%	130,1%	- 35,3
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 6.350	1.217	- 7.567	- 621,9%	- 26,7%	4,5%	- 31,3
Outros	10.718	5.361	5.356	99,9%	22,5%	11,1%	11,3
<i>subtotal</i>	<i>177.497</i>	<i>176.841</i>	<i>657</i>	<i>0,4%</i>	<i>51,9%</i>	<i>39,4%</i>	<i>12,5</i>
Requalificação Urbana							
Parque Expo 98, SA	- 331	- 1.898	1.566	82,5%	- 39,6%	- 189,4%	149,8
Outros	- 10	- 31	21	68,9%	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>- 341</i>	<i>- 1.928</i>	<i>1.587</i>	<i>82,3%</i>	<i>- 40,7%</i>	<i>- 192,5%</i>	<i>151,8</i>
Saúde							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 4.724	- 12.237	7.513	61,4%	- 5,5%	- 13,7%	8,3
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 2.794	- 13.422	10.628	79,2%	- 3,9%	- 21,2%	17,4
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 133	- 10.829	10.695	98,8%	- 0,2%	- 20,6%	20,4
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 6.769	- 17.841	11.072	62,1%	- 7,8%	- 21,0%	13,2
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 10.296	- 32.458	22.163	68,3%	- 12,8%	- 46,0%	33,2
Outros	- 27.318	- 53.811	26.493	49,2%	- 5,0%	- 9,8%	4,9
<i>subtotal</i>	<i>- 52.033</i>	<i>- 140.598</i>	<i>88.565</i>	<i>63,0%</i>	<i>- 5,6%</i>	<i>- 15,5%</i>	<i>9,9</i>
Transportes							
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 1.361	- 594	- 767	- 129,1%	- 6,4%	- 2,8%	- 3,5
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 510	3.612	- 4.122	- 114,1%	- 1,0%	7,0%	- 7,9
Metro do Porto, SA	- 33.919	21.508	- 55.427	- 257,7%	- 292,3%	182,0%	- 474,2
Metropolitano de Lisboa, EPE	3.648	20.720	- 17.072	- 82,4%	18,0%	114,9%	- 96,9
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 26	675	- 700	- 103,8%	- 0,2%	6,0%	- 6,2
Outros	- 1.163	- 3.290	2.127	64,6%	- 34,1%	- 95,4%	61,3
<i>subtotal</i>	<i>- 33.331</i>	<i>42.630</i>	<i>- 75.961</i>	<i>- 178,2%</i>	<i>- 27,6%</i>	<i>36,4%</i>	<i>- 63,9</i>
Outros							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 643	2.739	- 3.381	- 123,5%	- 10,2%	32,1%	- 42,4
Outros	- 2.621	- 5.309	2.689	50,6%	- 40,8%	- 52,6%	11,7
<i>subtotal</i>	<i>- 3.263</i>	<i>- 2.571</i>	<i>- 693</i>	<i>- 26,9%</i>	<i>- 25,7%</i>	<i>- 13,8%</i>	<i>- 11,9</i>
Empresas Parpública							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	13.858	560	13.299	2376,7%	-	-	-
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	787	768	19	2,5%	29,9%	29,3%	0,6
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	6.386	2.920	3.466	118,7%	35,7%	17,3%	18,4
TAP, SA	- 45.536	- 31.988	- 13.549	- 42,4%	- 9,9%	- 6,6%	- 3,3
Outros	2.600	360	2.239	621,4%	72,5%	10,2%	62,3
<i>subtotal</i>	<i>- 21.905</i>	<i>- 27.379</i>	<i>5.475</i>	<i>20,0%</i>	<i>- 4,5%</i>	<i>- 5,4%</i>	<i>0,9</i>
Total SEE	74.116	52.498	21.618	41,2%	3,8%	2,6%	1,2

Fonte: SIRIEF

Quadro B.4 - Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	183	- 45	227	511,0%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	4.788	4.214	574	13,6%
<i>subtotal</i>	4.971	4.169	801	19,2%
Cultura				
<i>subtotal</i>	- 6	- 270	264	97,7%
Infraestruturas				
Administração Portuária	8.860	11.966	- 3.106	- 26,0%
EP - Estradas de Portugal, SA	85.412	73.801	11.612	15,7%
Parque Escolar, EPE	- 508	4.276	- 4.785	- 111,9%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 7.067	570	- 7.637	- 1339,8%
Outros	3.320	- 1.806	5.126	283,9%
<i>subtotal</i>	90.018	88.807	1.211	1,4%
Requalificação Urbana				
Parque Expo 98, SA	- 338	- 2.969	2.632	88,6%
Outros	- 17	- 41	24	58,2%
<i>subtotal</i>	- 355	- 3.011	2.656	88,2%
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 7.578	- 15.648	8.069	51,6%
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 4.990	- 16.448	11.458	69,7%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 1.457	- 12.262	10.806	88,1%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 6.769	- 17.841	11.072	62,1%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 13.234	- 35.588	22.354	62,8%
Outros	- 48.518	- 74.709	26.191	35,1%
<i>subtotal</i>	- 82.545	- 172.496	89.951	52,1%
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 5.192	- 5.202	9	0,2%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 16.841	- 13.766	- 3.075	- 22,3%
Metro do Porto, SA	- 48.665	6.745	- 55.410	- 821,5%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 3.330	13.883	- 17.213	- 124,0%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 1.464	- 778	- 685	- 88,1%
Outros	- 1.861	- 4.198	2.338	55,7%
<i>subtotal</i>	- 77.352	- 3.316	- 74.037	- 2232,8%
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 645	2.738	- 3.383	- 123,6%
Outros	- 2.710	- 5.400	2.690	49,8%
<i>subtotal</i>	- 3.355	- 2.662	- 693	- 26,0%
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	13.848	545	13.303	2438,8%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	787	768	19	2,5%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	5.177	1.655	3.521	212,7%
TAP, SA	- 70.111	- 57.202	- 12.909	- 22,6%
Outros	2.051	- 344	2.395	696,1%
<i>subtotal</i>	- 48.248	- 54.577	6.329	11,6%
Total SEE	- 116.874	- 143.355	26.481	18,5%

Fonte: SIRIEF

Quadro B.5 - Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 11	- 9	- 2	- 19,9%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	- 1.230	- 1.202	- 28	- 2,3%
<i>subtotal</i>	- 1.241	- 1.211	- 30	- 2,4%
Cultura				
<i>subtotal</i>	- 7	- 4	- 3	- 67,9%
Infraestruturas				
Administração Portuária	- 724	- 1.036	312	30,2%
EP - Estradas de Portugal, SA	- 84.348	- 78.739	- 5.610	- 7,1%
Parque Escolar, EPE	- 7.295	- 6.838	- 457	- 6,7%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 17.182	- 19.311	2.129	11,0%
Outros	- 970	- 1.552	582	37,5%
<i>subtotal</i>	- 110.519	- 107.476	- 3.043	- 2,8%
Requalificação Urbana				
Parque Expo 98, SA	- 2.390	- 2.494	104	4,2%
Outros	17	41	- 24	- 58,2%
<i>subtotal</i>	- 2.373	- 2.452	80	3,3%
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	34	- 243	277	113,9%
Centro Hospitalar de São João, EPE	1	-	1	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	5	0	5	8259,9%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	61	- 1	62	6993,0%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	-	-	-	-
Outros	210	- 486	696	143,3%
<i>subtotal</i>	311	- 730	1.041	142,7%
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 10.462	- 11.790	1.328	11,3%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 43.081	- 46.041	2.960	6,4%
Metro do Porto, SA	- 23.066	- 43.765	20.699	47,3%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 1.757	- 15.394	13.637	88,6%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 14.090	- 1.793	- 12.297	- 685,8%
Outros	- 1.127	- 1.410	283	20,0%
<i>subtotal</i>	- 93.584	- 120.193	26.609	22,1%
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 408	- 4.227	3.819	90,3%
Outros	- 1.708	904	- 2.612	- 288,9%
<i>subtotal</i>	- 2.116	- 3.323	1.207	36,3%
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 54.639	- 52.837	- 1.801	- 3,4%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	7.244	40.478	- 33.234	- 82,1%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	-	- 59	59	100,0%
TAP, SA	- 4.240	- 10.044	5.805	57,8%
Outros	204	- 17	221	1266,9%
<i>subtotal</i>	- 51.431	- 22.481	- 28.950	- 128,8%
Total SEE	- 260.959	- 257.871	- 3.088	- 1,2%

Fonte: SIRIEF

Quadro B.6 - Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	116	- 68	184	270,1%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	3.558	3.012	546	18,1%
<i>subtotal</i>	3.674	2.944	730	24,8%
Cultura				
<i>subtotal</i>	- 13	- 274	261	95,2%
Infraestruturas				
Administração Portuária	5.289	8.219	- 2.930	- 35,6%
EP - Estradas de Portugal, SA	750	- 4.938	5.688	115,2%
Parque Escolar, EPE	- 7.804	- 2.562	- 5.242	- 204,6%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 24.248	- 18.741	- 5.507	- 29,4%
Outros	4.319	- 2.627	6.946	264,4%
<i>subtotal</i>	- 21.693	- 20.649	- 1.044	- 5,1%
Requalificação Urbana				
Parque Expo 98, SA	- 2.728	- 5.463	2.735	50,1%
Outros	-	-	-	-
<i>subtotal</i>	- 2.728	- 5.463	2.735	50,1%
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 7.544	- 15.891	8.346	52,5%
Centro Hospitalar de São João, EPE	- 4.990	- 16.448	11.459	69,7%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	- 1.452	- 12.262	10.811	88,2%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 6.707	- 17.842	11.135	62,4%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 13.234	- 35.588	22.354	62,8%
Outros	- 48.788	- 75.603	26.815	35,5%
<i>subtotal</i>	- 82.714	- 173.634	90.920	52,4%
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 15.654	- 16.992	1.337	7,9%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 59.922	- 59.807	- 115	- 0,2%
Metro do Porto, SA	- 71.731	- 37.020	- 34.711	- 93,8%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 5.087	- 1.511	- 3.576	- 236,6%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 15.558	- 2.585	- 12.974	- 502,0%
Outros	- 2.988	- 5.607	2.619	46,7%
<i>subtotal</i>	- 170.941	- 123.521	- 47.420	- 38,4%
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 1.053	- 1.489	436	29,3%
Outros	- 4.991	- 4.545	- 447	- 9,8%
<i>subtotal</i>	- 6.045	- 6.033	- 11	- 0,2%
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 40.791	- 52.292	11.501	22,0%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	- 3.300	40.970	- 44.270	- 108,1%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	3.894	1.072	2.822	263,2%
TAP, SA	- 75.034	- 67.867	- 7.167	- 10,6%
Outros	1.629	- 504	2.134	423,0%
<i>subtotal</i>	- 113.601	- 78.621	- 34.980	- 44,5%
Total SEE	- 394.061	- 405.252	11.190	2,8%

Fonte: SIRIEF

C - ANÁLISE PATRIMONIAL

Quadro C.1 - Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

	Ativo				Passivo			
	1.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social								
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	13.478	13.630	- 153	- 1,1%	7.160	7.429	- 268	- 3,6%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	352.705	357.592	- 4.887	- 1,4%	417.003	425.438	- 8.435	- 2,0%
<i>subtotal</i>	<i>366.183</i>	<i>371.223</i>	<i>- 5.040</i>	<i>- 1,4%</i>	<i>424.163</i>	<i>432.866</i>	<i>- 8.703</i>	<i>- 2,0%</i>
Cultura								
<i>subtotal</i>	<i>9.354</i>	<i>8.791</i>	<i>563</i>	<i>6,4%</i>	<i>8.471</i>	<i>7.883</i>	<i>588</i>	<i>7,5%</i>
Infraestruturas								
Administração Portuária	1.809.947	1.811.345	- 1.398	- 0,1%	569.819	574.894	- 5.075	- 0,9%
EP - Estradas de Portugal, SA	20.081.173	19.720.727	360.446	1,8%	18.855.681	18.747.790	107.890	0,6%
Parque Escolar, EPE	2.381.218	2.395.150	- 13.932	- 0,6%	1.552.383	1.554.570	- 2.187	- 0,1%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	5.411.044	5.385.497	25.548	0,5%	7.333.641	7.364.150	- 30.510	- 0,4%
Outros	969.735	962.395	7.341	0,8%	1.213.000	1.220.219	- 7.219	- 0,6%
<i>subtotal</i>	<i>30.653.117</i>	<i>30.275.113</i>	<i>378.004</i>	<i>1,2%</i>	<i>29.524.524</i>	<i>29.461.624</i>	<i>62.900</i>	<i>0,2%</i>
Requalificação Urbana								
Parque Expo 98, SA	136.434	141.805	- 5.371	- 3,8%	238.027	240.670	- 2.643	- 1,1%
Outros	223.750	221.472	2.278	1,0%	41.722	41.521	201	0,5%
<i>subtotal</i>	<i>360.184</i>	<i>363.277</i>	<i>- 3.093</i>	<i>- 0,9%</i>	<i>279.749</i>	<i>282.191</i>	<i>- 2.443</i>	<i>- 0,9%</i>
Saúde								
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	228.346	210.610	17.736	8,4%	280.857	331.577	- 50.720	- 15,3%
Centro Hospitalar de São João, EPE	566.609	494.130	72.479	14,7%	433.739	356.090	77.650	21,8%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	253.849	185.413	68.435	36,9%	229.160	164.313	64.846	39,5%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	1.710.027	181.222	1.528.805	843,6%	1.711.625	193.151	1.518.473	786,2%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	730.095	691.451	38.644	5,6%	812.575	760.642	51.933	6,8%
Outros	4.000.917	3.107.727	893.190	28,7%	3.410.474	2.660.200	750.275	28,2%
<i>subtotal</i>	<i>7.489.843</i>	<i>4.870.555</i>	<i>2.619.288</i>	<i>53,8%</i>	<i>6.878.430</i>	<i>4.465.973</i>	<i>2.412.457</i>	<i>54,0%</i>
Transportes								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	113.456	117.123	- 3.667	- 3,1%	999.613	987.650	11.964	1,2%
CP - Comboios de Portugal, EPE	1.022.516	1.028.848	- 6.332	- 0,6%	4.321.000	4.265.222	55.778	1,3%
Metro de Porto, SA	2.242.172	2.294.547	- 52.375	- 2,3%	4.108.358	4.120.867	- 12.509	- 0,3%
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.883.139	4.813.710	69.429	1,4%	5.288.200	5.267.957	20.242	0,4%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	90.131	90.949	- 818	- 0,9%	528.712	513.946	14.767	2,9%
Outros	105.912	103.969	1.943	1,9%	252.033	249.097	2.936	1,2%
<i>subtotal</i>	<i>8.457.326</i>	<i>8.449.146</i>	<i>8.180</i>	<i>0,1%</i>	<i>15.497.917</i>	<i>15.404.739</i>	<i>93.178</i>	<i>0,6%</i>
Outros								
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	384.964	387.140	- 2.176	- 0,6%	374.900	376.613	- 1.713	- 0,5%
Outros	683.148	644.521	38.627	6,0%	384.664	341.188	43.476	12,7%
<i>subtotal</i>	<i>1.068.111</i>	<i>1.031.660</i>	<i>36.451</i>	<i>3,5%</i>	<i>759.564</i>	<i>717.800</i>	<i>41.764</i>	<i>5,8%</i>
Empresas Parpública								
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	8.267.552	8.255.812	11.739	0,1%	5.262.305	5.209.775	52.530	1,0%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	1.244.506	1.239.991	4.515	0,4%	648.841	651.587	- 2.746	- 0,4%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	166.091	161.602	4.489	2,8%	38.526	38.536	- 10	- 0,0%
TAP, SA	1.908.944	1.859.584	49.360	2,7%	1.869.986	1.745.593	124.393	7,1%
Outros	1.874.226	1.891.290	- 17.064	- 0,9%	533.183	551.906	- 18.723	- 3,4%
<i>subtotal</i>	<i>13.461.319</i>	<i>13.408.281</i>	<i>53.038</i>	<i>0,4%</i>	<i>8.352.842</i>	<i>8.197.397</i>	<i>155.444</i>	<i>1,9%</i>
Total SEE	61.865.438	58.778.046	3.087.393	5,3%	61.725.659	58.970.474	2.755.186	4,7%

Fonte: SIRIEF

Quadro C.2 – Rácio de Endividamento

Unid: Milhares de euros

	Financiamentos Obtidos				Financiamentos Obtidos / Ativo		
	1.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	1.º Trim 2014	4.º Trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	905	1.020	- 114	- 11,2%	6,7%	7,5%	- 0,8
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	63.036	73.384	- 10.349	- 14,1%	17,9%	20,5%	- 2,6
<i>subtotal</i>	<i>63.941</i>	<i>74.404</i>	<i>- 10.463</i>	<i>- 14,1%</i>	<i>17,5%</i>	<i>20,0%</i>	<i>- 2,6</i>
Cultura							
<i>subtotal</i>	<i>903</i>	<i>900</i>	<i>3</i>	<i>0,4%</i>	<i>9,7%</i>	<i>10,2%</i>	<i>- 0,6</i>
Infraestruturas							
Administração Portuária	158.599	161.164	- 2.565	- 1,6%	8,8%	8,9%	- 0,1
EP - Estradas de Portugal, SA	3.225.058	3.203.094	21.964	0,7%	16,1%	16,2%	- 0,2
Parque Escolar, EPE	1.140.000	1.140.000	-	-	47,9%	47,6%	0,3
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	7.153.473	7.184.100	- 30.627	- 0,4%	132,2%	133,4%	- 1,2
Outros	730.532	729.452	1.080	0,1%	75,3%	75,8%	- 0,5
<i>subtotal</i>	<i>12.407.662</i>	<i>12.417.810</i>	<i>- 10.148</i>	<i>- 0,1%</i>	<i>40,5%</i>	<i>41,0%</i>	<i>- 0,5</i>
Requalificação Urbana							
Parque Expo 98, SA	166.458	166.968	- 510	- 0,3%	122,0%	117,7%	4,3
Outros	111	111	-	-	0,0%	0,1%	- 0,0
<i>subtotal</i>	<i>166.569</i>	<i>167.079</i>	<i>- 510</i>	<i>- 0,3%</i>	<i>46,2%</i>	<i>46,0%</i>	<i>0,3</i>
Saúde							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	-	81.017	- 81.017	- 100,0%	-	38,5%	- 38,5
Centro Hospitalar de São João, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	-	16.958	- 16.958	- 100,0%	-	9,4%	- 9,4
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	8.021	8.021	-	-	1,1%	1,2%	- 0,1
Outros	38.756	255.087	- 216.331	- 84,8%	1,0%	8,2%	- 7,2
<i>subtotal</i>	<i>46.777</i>	<i>361.083</i>	<i>- 314.306</i>	<i>- 87,0%</i>	<i>0,6%</i>	<i>7,4%</i>	<i>- 6,8</i>
Transportes							
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	789.221	776.721	12.500	1,6%	695,6%	663,2%	32,4
CP - Comboios de Portugal, EPE	3.839.977	3.807.787	32.191	0,8%	375,5%	370,1%	5,4
Metro do Porto, SA	3.156.441	3.187.147	- 30.706	- 1,0%	140,8%	138,9%	1,9
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.266.775	4.280.828	- 14.052	- 0,3%	87,4%	88,9%	- 1,6
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	398.743	395.935	2.808	0,7%	442,4%	435,3%	7,1
Outros	179.265	178.041	1.224	0,7%	169,3%	171,2%	- 2,0
<i>subtotal</i>	<i>12.630.423</i>	<i>12.626.459</i>	<i>3.964</i>	<i>0,0%</i>	<i>149,3%</i>	<i>149,4%</i>	<i>- 0,1</i>
Outros							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	359.664	360.019	- 356	- 0,1%	93,4%	93,0%	0,4
Outros	186.055	150.574	35.482	23,6%	27,2%	23,4%	3,9
<i>subtotal</i>	<i>545.719</i>	<i>510.593</i>	<i>35.126</i>	<i>6,9%</i>	<i>51,1%</i>	<i>49,5%</i>	<i>1,6</i>
Empresas Parpública							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	4.262.661	4.221.192	41.469	1,0%	51,6%	51,1%	0,4
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	605.851	610.219	- 4.368	- 0,7%	48,7%	49,2%	- 0,5
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	-	-	-	-	-	-	-
TAP, SA	806.330	841.989	- 35.658	- 4,2%	42,2%	45,3%	- 3,0
Outros	472.868	495.587	- 22.719	- 4,6%	25,2%	26,2%	- 1,0
<i>subtotal</i>	<i>6.147.710</i>	<i>6.168.987</i>	<i>- 21.277</i>	<i>- 0,3%</i>	<i>45,7%</i>	<i>46,0%</i>	<i>- 0,3</i>
Total SEE	32.009.705	32.327.315	- 317.610	- 1,0%	51,7%	55,0%	- 3,3

Fonte: SIRIEF

D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

	1.º Trim 2014	1.º Trim 2013	Dif. 14-13	Unid: Dias Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	16	20	-4	- 20,0%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	89	77	12	15,6%
<i>subtotal</i>	86	75	11	14,7%
Cultura				
<i>subtotal</i>	31	81	-50	- 61,7%
Infraestruturas				
Administração Portuária	28	40	-12	- 30,0%
EP - Estradas de Portugal, SA	20	27	-7	- 25,9%
Parque Escolar, EPE	59	49	10	20,4%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	34	49	-15	- 30,6%
Outros	64	67	-3	- 4,5%
<i>subtotal</i>	29	37	-8	- 21,6%
Requalificação Urbana				
Parque Expo 98, SA	89	152	-63	- 41,4%
Outros	n.d.	n.d.	-	-
<i>subtotal</i>	89	152	-63	- 41,4%
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	368	391	-23	- 5,9%
Centro Hospitalar de São João, EPE	136	259	-123	- 47,5%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	190	223	-33	- 14,8%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	232	235	-3	- 1,3%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	501	462	39	8,4%
Outros	249	235	14	6,0%
<i>subtotal</i>	271	271	-	-
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	52	50	2	4,0%
CP - Comboios de Portugal, EPE	267	146	121	82,9%
Metro do Porto, SA	161	61	100	163,9%
Metropolitano de Lisboa, EPE	25	79	-54	- 68,4%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	53	47	6	12,8%
Outros	67	124	-57	- 46,0%
<i>subtotal</i>	163	100	63	63,0%
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	16	0	16	-
Outros	23	39	-16	- 41,0%
<i>subtotal</i>	21	27	-6	- 22,2%
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	33	30	3	10,0%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	42	68	-26	- 38,2%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	66	69	-3	- 4,3%
TAP, SA	n.d.	n.d.	-	-
Outros	30	26	4	15,4%
<i>subtotal</i>	44	57	-13	- 22,8%

Fonte: SIRIEF

E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
SEE	2ºS C	30-01-2014	Despacho n.º 1507/2014 Determina que é, obrigatoriamente, aplicável às entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
	2ºS C	31-03-2014	Despacho n.º 4663-A/2014 Estabelece regras para assegurar a articulação entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGC-P, E.P.E., no exercício das competências que lhes estão cometidas pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e procedimentos para as empresas abrangidas por esse artigo
Privatizações e Reestruturações			
2ºS C	08-01-2014	Despacho n.º 308/2014	Determina a aplicação da receita provisória obtida com a operação de privatização da CTT, SA
1ºS	13-01-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2014	Seleciona a proposta vencedora para a aquisição de capitais sociais das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., ou da sociedade ou sociedades que detenham, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte dos respetivos ativos, objeto de venda direta de referência
2ºS C	13-01-2014	Despacho n.º 358/2014	Determina a aplicação da receita líquida provisória obtida com a operação de privatização da ANA, SA
1ºS	17-01-2014	Decreto-Lei n.º 8/2014	Define o processo de extinção da EMA - Empresa de Meios Aéreos, S. A.
1ºS	03-02-2014	Decreto-Lei n.º 16/2014	Estabelece o regime de transferência da jurisdição portuária direta dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a Docapesca - Portos e Lotas, S. A.
2ºS C	04-02-2014	Despacho n.º 1747/2014	Determina que a realização, em 2014, de novos investimentos ou de investimentos em curso, por todas as entidades do Serviço Nacional de Saúde, fica sujeita a autorização prévia
1ºS	10-02-2014	Decreto Regulamentar n.º 1/2014	Estabelece a missão, as atribuições, a organização e o funcionamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
1ºS	03-03-2014	Portaria n.º 53/2014	Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro
1ºS	06-03-2014	Lei n.º 10/2014	Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
1ºS	06-03-2014	Lei n.º 12/2014	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os r
1ºS	20-03-2014	Decreto-Lei n.º 44/2014	Estabelece o regime de transferência dos portos de Faro e de Portimão do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.
Outros	20-03-2014	Decreto-Lei n.º 45/2014	Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A.
2ºS C	08-01-2014	Despacho n.º 305/2014	Delega nos órgãos de direção dos institutos públicos de regime especial, das entidades públicas empresariais e das sociedades anónimas de capitais públicos tutelados pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional, poderes para a prática de vários atos
1ºS	16-01-2014	Lei n.º 1/2014	Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidariedade financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
2ºS Suplemento	27-01-2014	Despacho n.º 1317-A/2014	Designação da equipa de projeto para a preparação do processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental
1ºS	06-03-2014	Decreto-Lei n.º 35/2014	Revoga o Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de fevereiro, que altera e substitui as bases da concessão do serviço público de telecomunicações
1ºS	11-03-2014	Declaração de Retificação n.º 17/2014	Declaração de retificação à Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro, que «Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidariedade financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014
2ºS C	21-03-2014	Despacho n.º 4211/2014	Autoriza a opção pelo valor correspondente à remuneração média dos últimos três anos do lugar de origem para os membros da Comissão Instaladora da Instituição Financeira de Desenvolvimento
1ºS	25-03-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2014	Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de operação e manutenção dos meios aéreos próprios pesados do Estado necessários à prossecução das missões públicas de combate aos incêndios florestais atribuídas ao Ministério da Administração Interna
1ºS	26-03-2014	Portaria n.º 76-B/2014	Cria o Grupo Hospitalar Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil e estabelece o seu regime de organização e funcionamento
Contratos-Programa Hospitais EPE			
2ºS C	10-03-2014	Contrato (extrato) n.º 130/2014	Celebração, a 10 de outubro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., e o Centro Hospitalar Leiria-Pombal, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, do acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 132/2014	Celebrado, a 20 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. e o I. P. O. C. F. G. - Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 133/2014	Publicita o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009 celebrado, em 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 135/2014	Publicita o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009 celebrado, em 29 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Hospital Garcia Orta, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 136/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Médio Ave, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 137/2014	Publicita o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009 celebrado, em 23 de julho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., e o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 138/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 142/2014	Celebrado, a 29 de fevereiro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 143/2014	Celebrado, a 5 de dezembro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 144/2014	Celebrado, a 14 de setembro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, adenda ao acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 145/2014	Celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Alto Ave, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 146/2014	Celebrado, a 10 de outubro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. e o Centro Hospitalar Covilhã Beira, EPE, integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
Contratos-Programa Hospitais EPE			
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 147/2014	Celebrado, a 27 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 148/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 149/2014	Celebrado, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar São João, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	11-03-2014	Contrato (extrato) n.º 150/2014	Celebrado, a 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., e o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 160/2014	Celebrado, em 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., e o Hospital do Espírito Santo, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 162/2014	Celebração, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 163/2014	Celebração, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 164/2014	Celebrado, a 25 de outubro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Médio Tejo, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 165/2014	Celebrado, a 27 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Setúbal, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 166/2014	Celebrado, a 29 de fevereiro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Hospital Curry Cabral, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 168/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Instituto Português de Oncologia do Porto, Dr. Francisco Gentil, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 170/2014	Celebrado, a 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., e o Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 171/2014	Celebrado, a 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., e o Hospital de Faro, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 172/2014	Celebrado, a 20 de setembro de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 173/2014	Celebrado, a 27 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 174/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia Espinho, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 175/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Hospital de Magalhães Lemos, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 176/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e o Hospital Santa Maria Maior, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 177/2014	Celebrado, a 20 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., e o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	12-03-2014	Contrato (extrato) n.º 179/2014	Celebrado, a 29 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., e o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E. P. E., integrado no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 186/2014	Celebrado, a 20 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., e a Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 187/2014	Publicita a celebração, em 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., e a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 188/2014	Celebrado, a 29 de maio de 2013, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e a Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 189/2014	Publicita a celebração, em 22 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., e a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 190/2014	Celebrado, a 25 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
2ºS C	17-03-2014	Contrato (extrato) n.º 191/2014	Celebrado, a 21 de junho de 2012, entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., e a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., integrada no Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo do contrato-programa para o triénio de 2007-2009
Órgãos Sociais			
2ºS C	15-01-2014	Resolução n.º 1/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de São João, E. P. E.
2ºS C	16-01-2014	Despacho n.º 711/2014	Designa o fiscal único e o fiscal único suplente da Agência para o Desenvolvimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), para o triénio de 2013-2015
2ºS C	23-01-2014	Resolução n.º 2/2014	Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E
2ºS C	24-01-2014	Resolução n.º 3/2014	Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E.
2ºS C	04-02-2014	Resolução n.º 4/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, E.P.E.
2ºS C	10-02-2014	Resolução n.º 5/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.
2ºS C	18-02-2014	Resolução n.º 6/2014	Nomeia o conselho de administração do Organismo de Produção Artística, E.P.E.
2ºS C	19-02-2014	Resolução n.º 7/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.
2ºS C	25-02-2014	Resolução n.º 8/2014	Nomeia os membros do conselho de administração da SPM5 - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.
2ºS C	25-03-2014	Resolução n.º 10/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.
2ºS C	27-03-2014	Resolução n.º 11/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.
2ºS C	27-03-2014	Despacho n.º 4486/2014	Autoriza o mestre Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, Presidente do conselho de administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., a acumular estas funções com as de docente na Escola Náutica Infante D. Henrique de Lisboa, no decurso do ano letivo 2013-2014
2ºS C	27-03-2014	Despacho n.º 4487/2014	Autoriza o licenciado Carlos Manuel Seixas da Fonseca, vogal executivo do conselho de administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A., a acumular estas funções com as de professor do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa no decurso do ano letivo 2013-2014
2ºS C	28-03-2014	Despacho n.º 4550-A/2014	Constituição, relativamente a cada um dos portos da Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal, de uma comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020
2ºS C	31-03-2014	Resolução n.º 12/2014	Nomeia os membros do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E.